



Enero 2020 - ISSN: 1696-8360



INDICADORES DA CONTABILIDADE GERENCIAL E ANÁLISE PARA INVESTIMENTOS EM AÇÕES

Graduando Ricardo Soares de Melo

(Centro Universitário Internacional) rikardomelo@gmail.com

Graduada Lorena Santos Valdez

(Faculdade de Pará de Minas - FAPAM) lorenavaldez@msn.com

Mestre Aldair Fernandes da Silva

(Faculdade de Minas – FAMINAS) aldairrh10@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Ricardo Soares de Melo, Lorena Santos Valdez y Aldair Fernandes da Silva (2020): "Indicadores da contabilidade gerencial e análise para investimentos em ações", Revista contribuciones a la Economía (enero-marzo 2020).

En línea: <https://eumed.net/ce/2020/1/indicadores-contabilidade-gerencial.html>

RESUMO

Investir em bolsas de valores tem se tornado um negócio cada vez mais lucrativo. No entanto, um investimento de risco. O conhecimento dos investidores, conhecer o negócio, e mais ainda, saber gerenciar as aplicações e carteiras de investimentos. Assim, o objetivo do presente trabalho foi analisar as principais indicadores da Contabilidade Gerencial que podem auxiliar na decisão pela escolha dos investimentos em ações. A metodologia utilizada foi uma revisão teórica exploratória. Por meio da Pesquisa Bibliográfica, a conceituação e o resgate de autores relevantes sobre a temática. Aponta-se após este levantamento que a Contabilidade Gerencial possui indicadores consistentes, e ainda reconhecidos que auxiliam na escolha de decisões de investimento em portfólios de investimentos em bolsas de valores, principalmente avaliando custos a curto e longo prazo. Assim, para investir nesse ramo deve-se aprofundar os conhecimentos sobre Contabilidade Gerencial, uma vez que somente assim o investidor terá todas as informações de que necessita.

PALAVRAS-CHAVE: CONTABILIDADE GERENCIAL, BOLSAS DE VALORES, AÇÕES E INVESTIMENTOS.

MANAGEMENT ACCOUNTING INDICATORS AND ANALYSIS FOR EQUITY INVESTMENTS

ABSTRACT

Investing in stock exchanges has become an increasingly lucrative business. However, a risky investment. Investors' knowledge, knowledge of the business, and even more, know how to manage applications and investment portfolios. Thus, the objective of the present work was to analyze the main indicators of Management Accounting that can help in the decision to choose investments in stocks. The methodology used was an exploratory theoretical review. Through Bibliographic Research, the conceptualization and rescue of relevant authors on the subject. It is pointed out after this survey that Management Accounting has consistent and yet recognized indicators that assist in the choice of investment decisions in investment portfolios, mainly evaluating short and long term costs. Thus, in order to invest in this field, knowledge about Management Accounting should be deepened, since only then will the investor have all the information he needs.

KEYWORDS: MANAGERIAL ACCOUNTING, STOCK EXCHANGES, ACTIONS AND INVESTMENTS.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema A contabilidade gerencial como ferramenta de análise para investimentos em ações, e seu objetivo é apresentar a importância da Contabilidade Gerencial como ferramenta de análise para os investimentos em ações, evidenciando como o profissional contábil se torna imprescindível para uma correta análise dessas informações.

Compreendendo as ferramentas contábeis os investidores poderão tomar decisões de formas acertadas, pois saberão onde investir e terão posse de todas as informações necessárias.

Pesquisas realizadas por Albuquerque, Cardoso, Carmo, Cavalcante e Souza (2013) relataram que as pequenas empresas têm dificuldades para utilizar instrumentos contábeis (como demonstrativo de resultado, balanço patrimonial, indicadores de desempenho acerca de solvência, etc.) como também por Klein e Almeida (2017) financeiros (como projeção do fluxo de caixa operacional, cálculo da necessidade de investimento em capital de giro, etc.) e de custos (como ponto de equilíbrio, margem de contribuição, taxa de marcação, etc.)

De estudos anteriores foram apresentados os dados levantados em 299 pequenas empresas que o conhecimento sobre os conceitos abrangidos destaca que ao menos 55% dos gestores possuem conhecimento sobre os conceitos pesquisados, mas esse contingente não ultrapassou os 75% em qualquer dos itens investigados. Dessumiu-se que o menor nível de conhecimento dos gestores se refere ao conceito de liquidez corrente. Por outro lado, os conceitos mais conhecidos

pelos gestores estão vinculados à contabilidade financeira (Ativo Circulante, Passivo Circulante e Demonstração do Resultado). Outra constatação é de que os gestores das empresas industriais possuem nível de conhecimento mais elevado a respeito dos itens pesquisados quando comparados aos dirigentes das firmas comerciais e de serviços (MOTERLE; WERNKE e JUNGES, 2019).

Segundo Santos et al., (2016) são as práticas gerenciais o conhecimento de instrumentos contábeis que favorecem a decisão nas organizações. Assim a decisão do desenvolvimento deste tema se deve ao interesse em aprofundar os conhecimentos nesta área de investimentos em bolsa de valores, visto que se trata de uma das formas mais lucrativas de se investir atualmente, e que oferece um baixo risco de prejuízos.

Busca-se assim contribuir para as empresas porque terão um maior esclarecimento em relação aos investimentos em bolsas de valores, da correta análise das demonstrações contábeis para o investimento em bolsa de valores e assim o contador-consultor se torna uma peça fundamental, e apresenta vantagens em relação aos demais profissionais para atuar nesse mercado de ações, pois lida diretamente com a área financeira das empresas, bem como com lucros e prejuízos, possibilitando aos gestores analisar melhor tomada de decisão e avaliação de risco.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho foi uma Pesquisa Bibliográfica. Segundo Gil (1999), a Pesquisa Bibliográfica abrange o conhecimento sobre diferentes contribuições acerca de um determinado tema, sendo desenvolvida a partir de material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos.

Lakatos e Marconi (2007) comentam que a pesquisa deve ter como método o pensamento reflexivo, que exige um tratamento científico e se constitui instrumento para se conhecer a realidade ou verificar verdades parciais. “Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 43).

No presente trabalho as fontes utilizadas são fontes secundárias, que, segundo Lakatos e Marconi (2007), se referem à bibliografia já publicada sobre o assunto.

Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 44).

Selecionou-se esse método por se constituir como a base de todo trabalho científico, visto que toda obra deve ser baseada em trabalhos já publicados e comprovados. Além disso, há uma vasta gama de material sobre o assunto abordado, permitindo ao leitor ter acesso a análises exclusivas de diferentes autores.

3 DESENVOLVIMENTO

Ao longo do Referencial Teórico serão abordados os temas Mercado de Capitais, Bolsa de Valor e Contabilidade Gerencial.

3.1 Mercado de capitais

Segundo Pinheiro (2001), o mercado de capitais pode ser caracterizado como um conjunto de instituições onde são negociados títulos e valores imobiliários, tendo como objetivo a canalização dos recursos dos compradores para os vendedores. “O mercado de capitais representa um sistema de distribuição de valores mobiliários que tem o propósito de viabilizar a capitalização das empresas e dar liquidez aos títulos emitidos por elas”. (PINHEIRO, 2001, p. 87).

Para Barreto, Luz e Pereira (2012), o mercado de capitais é a soma das necessidades dos agentes de investirem e das empresas empregarem os recursos investidos. Nesse mercado, a informação ganha relevância crítica, uma vez que compradores e vendedores analisam todas as informações divulgadas que possam ter impacto nos preços dos títulos negociados ou em processo de emissão (BARRETO; LUZ; PEREIRA, 2012).

Dessa forma, a informação principalmente em relação aos preços torna-se muito relevante, pois é justamente o preço que irá formar as expectativas de risco e retorno para os investidores, isto é, o valor de uma ação ou debênture é definido a partir do fluxo de informações sobre os mesmos.

Sobre o mercado de capitais brasileiro, Pinheiro (2001) explica que seu sistema de distribuição e intermediação é composto por sociedades corretoras voltadas para o mercado imobiliário, bancos de investimento e bancos de desenvolvimento. Há também empresas de liquidação e custódia de valores. No entanto conforme o autor, essa área ainda é restrita no país.

No Brasil não existem títulos ao portador e quase todas as totalidades dos títulos negociados são escriturais, o que demanda um alto grau de sofisticação operacional das empresas de liquidação e custódia. Todos os negócios em bolsas de valores são realizados por meio das sociedades corretoras. As comissões praticadas são estabelecidas de forma competitiva e todos os negócios são executados em nome do cliente final (PINHEIRO, 2001, p. 88).

Em relação ao conceito de ações, não há como abordá-lo sem mencionar as bolsas de valores. Conforme Pinheiro (2001), as bolsas de valores caracterizam-se por uma grande quantidade

de títulos que podem ser negociados, e esses títulos são justamente as ações. O tipo mais comum de ações são títulos de propriedade, que geralmente têm maior participação nos negócios.

As ações são títulos de participação negociáveis, que representam parte do capital social de uma sociedade econômica, que confere ao seu possuidor o direito de participação nos resultados da mesma. Podem ser consideradas como um certificado ou título de propriedade, representativo das partes do capital social de uma sociedade econômica. O acionista é, portanto, proprietário de uma parcela da empresa, correspondente ao número de ações que possui (PINHEIRO, 2001, p. 111).

As ações podem ser classificadas, segundo Pinheiro (2001), de duas formas: ações ordinárias ou comuns, que dão aos acionistas direitos de participação na administração da sociedade e nos resultados financeiros; e ações preferenciais, que conferem certos direitos, como privação de voto, mas assegura preferência nos resultados da empresa.

Já as debêntures são “títulos representativos de dívida emitidos por uma companhia e que asseguram a seus detentores direito de crédito contra a companhia emissora, nas condições estabelecidas na escritura de emissão” (OZAWA et al., 2012, p. 117).

Segundo Ozawa et al. (2012), as debêntures têm como finalidade principal proporcionar recursos de médio e longo prazo à empresa que as emite, sendo que tais recursos geralmente são voltados para aquisição de participações acionárias, implantação de projetos, alongamento do perfil de endividamento e financiamento do capital de giro.

As vantagens que as debêntures apresentam, de acordo com Ozawa et al. (2012), são flexibilidade de prazos, garantias e condições de pagamento, “o que permite a adequação dos pagamentos dos juros e amortizações às características do projeto e à disponibilidade de recursos das companhias emitentes” (Ozawa et al., 2012, p. 117).

3.1.1 A importância do mercado de capitais

Comentar sobre a importância do mercado de capitais requer analisar, ainda que brevemente, seu histórico. De acordo com Pinheiro (2001), o mercado de capitais surgiu a partir do momento em que o mercado de crédito não conseguiu atender às necessidades da atividade produtiva, ou seja, não estava garantindo o fluxo de recursos que as empresas necessitavam.

Assim, a importância do mercado de capitais, segundo Pinheiro (2001), gira em torno de dois princípios: contribuir para o desenvolvimento econômico, visto que pode ser considerado como um propulsor de capitais para os investimentos, estimulando a poupança privada; e permitir e orientar a criação de uma sociedade pluralista, baseada na participação coletiva nos resultados da economia.

3.1.2 Mercado de balcão e mercado de bolsa

O mercado de balcão, segundo Pinheiro (2001), pode ser definido como um mercado organizado de títulos, que não tem um local determinado para ocorrer, acontecendo geralmente por telefone. Vale destacar que esse tipo de mercado está crescendo atualmente, devido à tecnologia que caracteriza a telefonia celular, tornando as negociações mais rápidas, com trocas de informações em tempo real.

Porém, o mercado de balcão apresenta uma grande desvantagem: “por não serem empresas registradas em bolsas, suas ações estão fora do controle e sem as garantias de uma bolsa de valores” (PINHEIRO, 2001, p. 128).

Mas ainda com vantagens principais entre elas Pinheiro (2001, p. 128) destaca (1) a ausência de um local de negociação centralizado fisicamente com a consequente dependência de um sistema de comunicação para realização da divulgação das informações; (2) as operações realizadas nesse mercado têm pouca influência nas negociações seguintes, em termos de preço, isto porque não há uma divulgação massificada como ocorre nas bolsas de valores; e (3) não há uma homogeneidade em termos de participantes e operações.

Complementando as informações de Pinheiro (2001), Goulart et al. (2012) explica que no mercado de balcão ocorrem as negociações fora dos pregões das bolsas, mas envolvem empresas, sistemas e entidades que lidam com distribuição de valores mobiliários. Além disso, “no balcão, são negociadas ações e outros ativos financeiros, de forma mais flexível que as bolsas e por meio de sistema informatizado” (GOULART et al., 2012, p. 44).

Por sua vez, o mercado de bolsa é aquele tradicional, em que se compram e vendem ações, ocorrendo em um local específico: a própria bolsa de valores. Nesse mercado ocorre a negociação com títulos e valores mobiliários, e suas principais características são, conforme Pinheiro (2001, p. 129) aponta que: (1) a livre concorrência e pluralidade de participações – nesse mercado existe um número suficiente de clientes e instituições, de modo que nenhum tenha privilégio sobre o outro; (2) que a homogeneidade de produto – todos os títulos negociados têm as mesmas características, o que facilita as negociações; e que a (3) a transparência na fixação de preços – proporciona credibilidade e segurança ao mercado. Para que o processo de formação de preços seja mais transparente e atraente, existem as práticas equitativas de mercado, segundo as quais todos aqueles que compram e vendem ações em bolsa terão o mesmo tratamento, obedecerão aos mesmos procedimentos e terão idêntico acesso às informações.

Como se percebe, o mercado de bolsa é bem mais estruturado e gera muito mais garantias para os acionistas.

3.1.3 Mercado primário e secundário

Existem duas classificações do mercado de ações: mercado primário e mercado secundário.

Segundo Goulart et al. (2012), o mercado primário é também conhecido como *underwriting*, e refere ao momento inicial de colocação das ações no mercado, de forma que uma empresa somente adquira novos recursos quando seu capital é valorizado no mercado primário.

Para Pinheiro (2001), o mercado primário é importante porque é nele que as novas ações da empresa são apresentadas e negociadas com o público.

Quando a emissão é subscrita totalmente pelos antigos acionistas, embora a empresa seja registrada em bolsa, chama-se de subscrição particular e é feita diretamente na empresa ou por meio da Bolsa de Valores. Nessa etapa ocorre a primeira negociação da ação e o dinheiro da venda vai para a empresa (PINHEIRO, 2001, p. 97).

Assim como Goulart et al. (2012), Pinheiro (2001) também comenta sobre o termo *underwriting*, enfatizando que trata-se dos lançamentos das novas ações no mercado para subscrição pública, em que a empresa encarrega a um intermediário financeiro a função de colocar os títulos no mercado.

No mercado secundário as ações já estão mais estruturadas, e

[...] são negociadas entre os investidores e não existe qualquer novo ingresso de recursos para a empresa. As negociações entre investidores ocorrem em mercados de balcão, organizados ou não, e, principalmente, em bolsas de valores. (GOULART et al., 2012, p. 31).

O mercado secundário é uma extensão do mercado primário. Pinheiro (2001) explica que após a compra de ações no mercado primário, o investidor desejará converter as aplicações realizadas em dinheiro, vendendo suas ações para um futuro comprador. Essa operação é concretizada no mercado secundário, e em um escritório credenciado, que geralmente é uma sociedade corretora.

O mercado secundário de ações é onde se transferem títulos entre investidores e/ou instituições. Portanto, torna-se uma condição para a existência do mercado primário, em que as empresas podem efetivamente obter recursos financeiros. O fator fundamental na decisão do investidor quando compra ações de novos lançamentos é a possibilidade de que, mais tarde, ao necessitar do total ou parte do capital investido, possa desfazer-se delas e reaver o seu dinheiro com lucros (PINHEIRO, 2001, p. 126).

3.2 As principais Bolsas de Valores do mundo

A Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (2014) apresenta as principais bolsas de valores do mundo, em ordem de importância:

1º lugar: NYSE EUA, Nova York – é a maior bolsa de valores do mundo, também conhecida como *Big Board*. Seu sistema é regido por leilão, com a presença física de representantes tanto de compradores quanto de vendedores que reúnem-se em um grande salão, localizado na *Wall Street*.

2º lugar: NASDAQ EUA, Nova York – na mesma cidade, é a segunda maior negociadora de títulos do mundo, e opera exclusivamente por meio eletrônico, não tendo endereço físico.

3º lugar: BOLSA DE TÓQUIO, Japão, Tóquio – localiza-se no distrito financeiro de Tóquio, e divide suas operações em três seções: Primeira, para empresas grandes; Segunda, para empresas médias; e Seção Mãe, para empresas emergentes.

4º lugar: BOLSA DE LONDRES, Reino Unido, Londres – não é considerada como as maiores bolsas do mundo, mas apresenta grande desenvolvimento.

5º lugar: EURONEXT, Paris, Amsterdã, Bruxelas, Londres e Lisboa – sua principal característica é gerir negociações dos principais países da União Europeia.

6º lugar: BOLSA DE HONG KONG, Hong Kong – é a terceira maior bolsa da Ásia, e das empresas negociadoras, cerca de 10% são estrangeiras, 40% de Hong Kong e outros 40% da China.

7º lugar: BOLSA DE XANGAI, China, Xangai – diferente da bolsa de Hong Kong, não permite a entrada livre de investidores estrangeiros, exceto em raros casos que são controlados pelo governo, que é seu administrador.

8º lugar: BOLSA DE TORONTO, Canadá, Toronto – negocia títulos tanto de empresas canadenses quanto estrangeiras, e destaca-se como líder mundial no setor de gás e petróleo.

9º lugar: BOLSA DE SHENZHEN, China, Shenzhen – apresenta grande crescimento do PIB mundial.

10º lugar: BOLSA DE FRANKFURT, Alemanha, Frankfurt – opera 90% dos títulos da Alemanha, mas 47% dos investidores são estrangeiros.

No Brasil, a BM&FBOVESPA encontra-se em 18º lugar das bolsas do mundo, e concentra todas as ações do Brasil. Até 2000 dividia transações com a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), hoje integradas à BM&FBOVESPA.

3.3 Contabilidade Gerencial e o mercado de capitais

Esse tópico será dedicado ao conceito de contabilidade gerencial e à análise do mercado de capitais, investigando-se as melhores formas de se realizar tal análise de modo que as empresas lucrem e se mantenham no mercado.

2.3.1 Conceito de contabilidade gerencial

Segundo Ludícibus (1998), uma das principais características da contabilidade gerencial é que oferece um enfoque mais amplo a várias técnicas e procedimentos contábeis que já são tratados pela contabilidade financeira, mas aqui são colocados sob uma ótica diferenciada, “num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório” (IUDÍCIBUS, 1998, p. 21).

Padoveze (2010) fornece o conceito de contabilidade gerencial elaborado pela Associação Nacional dos Contadores dos Estados Unidos:

Contabilidade Gerencial é o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro de uma organização e para assegurar e contabilizar o uso apropriado de seus recursos (PADOVEZE, 2010, p. 33).

A contabilidade gerencial é voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, buscando sempre informações que tornem o modelo de administração mais eficiente e válido. Assim, é preciso analisar tanto o presente quanto o passado e até mesmo o futuro da empresa.

Neste particular, considere-se que o modelo decisório do administrador leva em conta cursos de ação futuros; informes sobre situações passadas ou presentes somente serão insumos de valor para o modelo decisório à medida que o passado e o presente sejam estimadores válidos daquilo que poderá acontecer no futuro, em situações comparáveis às já ocorridas (IUDÍCIBUS, 1998, p. 21).

São áreas de incumbência da contabilidade gerencial, de acordo com Ludícibus (1998): a contabilidade de custos e todos os procedimentos contábeis e financeiros ligados a orçamento empresarial, a planejamento empresarial, a fornecimento de informes contábeis e financeiros para decisão entre cursos de ação alternativos. Já assuntos como fabricar ou comprar, substituição de equipamentos, expansão de planta, redução ou aumento de volume, combinação de produtos, e assim por diante são de incumbência da contabilidade financeira.

2.3.2 A importância da contabilidade na análise de investimentos

Conforme Padoveze (2010), a contabilidade gerencial é tão importante porque ser responsável pelo fornecimento de informações para os administradores, que são os gestores dentro da organização e responsáveis pela direção e controle de suas operações.

A contabilidade gerencial pode ser contrastada com a contabilidade financeira, que é relacionada com o fornecimento de informações para os

acionistas, credores e outros que estão de fora da organização (PADOVEZE, 2010, p. 38).

2.3.3 Análise horizontal e vertical

A análise de investimentos pode ocorrer de duas formas: horizontal e vertical.

Na análise horizontal, segundo Iudícibus (1998), os balanços e demonstrações de resultados são expressos em moedas de poder aquisitivo da mesma data. Para os balanços, inicialmente essa análise pode detectar itens cujo crescimento está acima ou abaixo do desejado, o que pode passar despercebido quando se analisa diretamente os valores.

Uma análise horizontal do item Disponível, por exemplo, pode revelar pequeno crescimento anual deste item. Este pequeno crescimento, entretanto, pode ser significativo se a política da empresa for evitar disponível excedente. É claro, todavia, que o disponível pode ter crescido porque toda a empresa cresceu. Isto é, pode ser que a participação percentual se tenha mantido constante sobre o ativo ou até diminuído (IUDÍCIBUS, 1998, p. 75).

Para Silva (2012) a análise horizontal é também chamada de análise de tendências, e é realizada a partir da observação da evolução de uma conta ou de grupo de contas ao longo de vários períodos, enfocando os efeitos, mas não revelando as causas das mudanças. Além disso, essa análise pode ser elaborada de forma evolutiva ou retrospectiva.

Desse modo, a análise horizontal é insuficiente em alguns casos, principalmente quando se deseja analisar mais profundamente determinada área. É preciso associá-la à análise vertical.

A análise vertical, por sua vez, é importante para fornecer dados relativos à estrutura de composição de itens e sua evolução ao longo do tempo, sendo bastante reveladora. Como exemplifica Iudícibus (1998), em uma empresa imaginária, verifica-se que até o item “Lucro Operacional” a empresa manteve e até melhorou o desempenho. De fato, o custo das vendas que representava 50% das mesmas diminuiu para 47%, aumentando, portanto, a participação do lucro em vendas. Entretanto, verifica-se acréscimo percentual das Despesas Operacionais, as quais passam de 32% para 34%. Como se nota, a análise vertical permite uma análise mais aprofundada.

Silva (2012) também comenta sobre a análise vertical, também conhecida como análise de estrutura das demonstrações, apontando que, com ela, é possível, por exemplo, identificar no Balanço Patrimonial a real importância de uma conta dentro do grupo de contas na qual está inserida. Na Demonstração do Resultado, o montante de cada componente desta demonstração com as respectivas receitas e despesas, a depender do foco do analista.

2.3.4 Análise de endividamento

A análise de endividamento deve ser realizada, principalmente, quando se analisa as políticas de financiamento adotadas por uma empresa. Como explica Silva (2012), é preciso considerar não somente os custos, mas o impacto das modificações sobre a estrutura de capital da empresa, isto é, a proporção da participação de capitais próprios e de terceiros no financiamento dos ativos.

Os indicadores de endividamento indicam o grau de risco acarretado pelo financiamento, sendo extremamente úteis para o uso interno da empresa.

A administração financeira também se preocupa com os níveis de endividamento porque bancos, fornecedores, clientes e concorrentes também avaliam a solidez financeira da empresa com base nesses indicadores (SILVA, 2012, p. 143).

Silva (2012) ainda comenta que não existem padrões universais para os índices de endividamento, de modo que a melhor forma de interpretá-los é compará-los com a média setorial e avaliar seus impactos no resultado da empresa. A análise de endividamento também está relacionada diretamente com a falência das empresas.

Uma das marcas das empresas falidas é o seu alto grau de endividamento. Porém, a causa da falência não se restringe ao endividamento, mas a uma série de outros fatores, como, por exemplo: má gestão, falta de organização, má aplicação dos recursos disponíveis (próprios ou de terceiros), projetos malsucedidos, dentre outros (SILVA, 2012, p. 144).

Três variáveis são apresentadas por Silva (2012) para analisar a capacidade de endividamento das empresas, sendo: geração de recursos, que é a capacidade de gerar recursos para saldar a dívida; liquidez, que permite analisar o perfil da dívida; e renovação, que se refere à capacidade de renovação dos empréstimos associada à capacidade da empresa em gerar recurso e seu grau de liquidez.

2.3.4 Análise de liquidez

A liquidez de uma empresa pode ser definida, de acordo com Pinheiro (2001, p. 265), “como sendo o grau de capacidade que ela possui, em determinado momento, de atender aos seus compromissos a curto prazo mediante a realização de seus Ativos Circulantes”.

O grau de liquidez de um ativo depende da rapidez com que ele pode ser transformado em dinheiro sem perder valor, e a gestão da liquidez busca justamente o equilíbrio entre os prazos das dívidas com os prazos dos ativos, evitando assim sua falência. Assim, a análise de liquidez objetiva avaliar as condições da empresa para saldar suas exigibilidades.

Silva (2012, p. 138) também comenta sobre a análise de liquidez, e afirma que seu objetivo é “avaliar o grau de solvência da empresa, ou seja, capacidade financeira para saldar seus compromissos”. Para o autor, a análise da liquidez deve ser realizada de forma comparativa com

vários exercícios ou períodos, e deve ser feita tanto da empresa quanto de seus concorrentes, pois assim será possível identificar fatores como o nível de comprometimento do capital de giro e a melhor forma de contrair novos créditos.

Pinheiro (2001) explica que os índices de liquidez representam a relação entre os ativos disponíveis e os realizáveis com os passivos que são exigidos. “Para a utilização desses índices, partiremos de uma abordagem global e estabeleceremos níveis com o propósito de avaliar qual a real liquidez que a empresa possui” (PINHEIRO, 2001, p. 265).

O primeiro nível citado por Pinheiro (2001) se refere à liquidez global real, e o enfoque pode ser tanto convencional (real) quanto estimado (previsão). Esse nível representa o valor financeiro que a empresa dispõe a curto e a longo prazos para cobrir suas dívidas. Esse dado é denominado liquidez global estimada: “representa liquidez a curto prazo por meio de uma previsão de entradas e saídas de caixa. Para cada R\$ previsto de ingresso, o quanto será desembolsado pela empresa” (PINHEIRO, 2001, p. 265).

E o segundo nível se refere à liquidez corrente, sendo um índice que mostra a ocorrência de vezes que o Ativo Circulante corresponde ao Passivo Circulante.

Em outras palavras, pode-se assumir que para cada real em dívidas vencíveis ao curto prazo, a empresa dispõe de X ativos realizáveis a curto prazo. O quanto existe de ativo circulante para cada R\$ de dívida a curto prazo, seria portanto o passivo circulante (PINHEIRO, 2001).

No entanto, Pinheiro (2001) destaca que nem sempre a liquidez corrente representa a situação real da empresa, pois existem alguns ativos classificados como de alta liquidez que nem sempre possuem essa característica.

Um exemplo é o estoque que podem possuir diferentes capacidades de conversão em ativos monetários em função do tipo de atividade que a empresa desempenha. Para verificarmos a qualidade da liquidez necessitamos, portanto, de uma relação mais estrita ou severa como é o caso de liquidez seca que desconsidera os ativos com menor capacidade de conversão (PINHEIRO, 2001, p. 266).

Por sua vez, a liquidez seca é um índice mais severo, pois considera que os compromissos a curto prazo serão atendidos somente pela realização de duplicatas a receber e pela utilização das disponibilidades. “Porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem pagas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante” (PINHEIRO, 2001, p. 266).

2.3.6 Análise de rentabilidade

Como é de se esperar, todo empresário deseja que o capital investido seja adequadamente empregado na empresa e gere lucros, da mesma forma que os financiadores também esperam que o valor financiado seja capaz de gerar lucro suficiente para remunerar seus ativos e para que a dívida seja saldada.

Conforme Silva (2012), o desempenho global de uma empresa pode ser avaliado através do estudo das taxas de retorno, ou seja, realizando-se a análise de rentabilidade.

Esta análise busca a identificação do retorno sobre o investimento total, o retorno sobre as vendas e o retorno sobre o capital próprio, portanto, uma avaliação não apenas da produtividade, mas, sobretudo, da lucratividade do negócio (SILVA, 2012, p. 147).

Ao se abordar a análise de rentabilidade, alguns fatores são extremamente relevantes, como o imposto de renda. Nesse contexto, Silva (2012) explica que uma das alternativas para eliminar os efeitos dos benefícios fiscais relacionados ao imposto de renda e demais contribuições que recaem sobre o lucro da empresa é calcular os indicadores de rentabilidade, tomando por base o lucro antes destes tributos.

Para Padoveze (2010), a melhor forma de tornar o indicador de rentabilidade do ativo totalmente comparável com outras empresas é adequar adequadamente o valor do lucro e o valor do ativo.

O valor do lucro deve ser o lucro operacional líquido (lucro operacional deduzido da média dos impostos sobre o lucro). O valor do ativo deve ser adaptado para o conceito de ativo operacional, de maneira a isolar, no passivo, apenas as fontes de recursos remuneradas – como por exemplo, o patrimônio líquido dos sócios e os empréstimos e financiamentos do capital de terceiros (PADOVEZE, 2010, p. 227).

Silva (2012, p. 147) lista algumas questões que devem ser consideradas quando se faz a análise da rentabilidade de uma empresa, pois algumas ações poderão repercutir de forma significativa no lucro líquido exercício, como: (1) diminuir o valor das despesas de depreciação alongando a vida útil do bem, o que levará a uma redução da taxa anual a ser contabilizada; (2) suprimir o valor dos estoques, não contabilizando a baixa de itens considerados, por exemplo, como obsoletos ou danificados, ou ainda não reconhecendo o valor de mercado, quando este estiver abaixo do preço de custo de aquisição ou produção; (3) ignorar novas obrigações, as quais deveriam estar contabilizadas na forma de provisões para cobrir demandas judiciais e passivos contingentes; (4) superestimar vendas, naqueles casos em que são realizadas de forma desmedida para clientes cuja capacidade de pagamento não foi devidamente avaliada.

Assim, constata-se que o investimento em bolsas de valores pode e deve ser feito pelos empresários, principalmente aqueles que estão passando por momentos de crise, pois esta é uma alternativa viável financeiramente. No entanto, todas as análises aqui abordadas devem ser realizadas criteriosamente; caso a empresa não possua um administrador capaz de realizá-las, deve contratar um, pois é a única forma de evitar correr riscos desnecessários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco do presente trabalho foi o investimento financeiro em bolsas de valores. No entanto, para se abordar esse tema foi necessário buscar alguns conceitos, principalmente de mercado de capitais, ações e bolsas de valores.

O mercado de capitais é um conjunto de instituições onde se negociam títulos e valores imobiliários, cujo objetivo principal é canalizar recursos dos compradores para os vendedores. Assim, já se percebe que para adentrar nesse negócio é preciso ter um investimento inicial significativo.

As ações são o objeto de negociação no mercado de capitais, e podem ser ordinárias (dão aos acionistas direitos de participação na administração da sociedade) ou preferenciais (conferem certos direitos, mas não asseguram preferência nos resultados da empresa). No entanto, melhor do que investir em ações é investir em debêntures, que apresentam maior flexibilidade de prazos, garantias e condições de pagamentos, permitindo ao seu portador adequar os pagamentos dos juros e amortizações à disponibilidade de sua empresa.

O mercado de bolsa, que foi o foco do presente trabalho, é aquele que possui um local específico, onde se compram e vendem ações, ou seja, a própria bolsa de valores. Para negociar diretamente aí, é preciso o deslocamento físico, de modo que o proprietário da empresa se desloque até a bolsa em questão, ou envie algum representante, como corretoras de valores.

Além desse gasto financeiro inicial do deslocamento até a bolsa de valores, investimentos desse gênero requerem muita análise e estudo, como foi visto ao longo do trabalho. Não basta somente comprar e vender ações da bolsa. Se as transações não forem feitas de forma metodológica e criteriosa, através da Contabilidade Gerencial, o proprietário da empresa pode até obter um lucro inicial, mas não irá conseguir administrar esse lucro, e logo estará de volta ao quadro de prejuízo.

Foi possível constatar, ao longo do trabalho, que as principais análises para se investir em bolsas de valores são a análise de endividamento, a análise de liquidez e a análise de rentabilidade. Caso contrário, sem essas análises a empresa não conseguirá sobreviver no mercado, tão competitivo atualmente.

No entanto, vale destacar que a Contabilidade Gerencial é diferente da Contabilidade Financeira, assim provavelmente nem todas as empresas terão um profissional específico nessa

área. O ideal é que, nesse caso, ela contrate tal profissional, pois somente assim o investimento será devidamente analisado, até mesmo para se verificar se compensa ou não.

Assim sendo, conclui-se que o objetivo que norteou esse trabalho – apresentar a importância da Contabilidade Gerencial como ferramenta de análise para os investimentos em ações – foi concluído com êxito, pois percebeu-se que sem as análises da Contabilidade Gerencial nem compensa iniciar os investimentos em bolsas de valores.

Sugere-se, para trabalhos futuros, realizar estudo de caso com empresas que realizam investimentos em bolsas de valores, para se aplicar a teoria aqui fornecida à prática vivenciada em tais empresas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M. N.; CARDOSO, L. A.; CARMO, M. M.; FILHO, C., T. S. B.; SOUZA, W. A. R. **O uso de indicadores e relatórios contábeis para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas do Estado do Amazonas.** Revista de Administração da UNIFATEA,6(6), 6-21. 2013.

BARRETO, D. C.; LUZ, R. L.; PEREIRA, S. M. R. **A Sistemática da Informação no Mercado de Capitais e a Importância das Relações com os Investidores.** In: LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; PIMENTEL, Renê Coppe (Orgs.). **Curso de mercado financeiro.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOULART, A. M. C. *et al.* **Mercado acionário.** In: LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; PIMENTEL, Renê Coppe (Orgs.). **Curso de mercado financeiro.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade gerencial.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KLEIN, L.; ALMEIDA, L. B. **A influência dos fatores contingenciais na adoção de práticas de contabilidade gerencial nas indústrias paranaenses.** Revista Universo Contábil, 13(3), 90-119. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MOTERLE, S.; WERNKE, R.; JUNGES, I. **Conhecimento sobre gestão financeira dos dirigentes de pequenas empresas do Sul de Santa Catarina.** RACE-Revista De Administração, Contabilidade E Economia, v. 18, n. 1, p. 31-56. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18593/race.16321>,

OZAWA, C. Y. et al. Commercial Paper e Debêntures. In: LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; PIMENTEL, Renê Coppe (Orgs.). **Curso de mercado financeiro**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de Capitais**. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, V.; DOROW, D. R.; BEUREN, I. M. **Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas**. Revista Ambiente Contábil, 8(1), 153-186. 2016. DOI: <https://doi.org/10.18593/race.16321>,

SILVA, A. A. da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO. **As maiores Bolsas do mundo**. 2014. Disponível em: <<http://www.sbv.com.br/2014/1865758-as-maiores-bolsas-do-mundo/>>. Acesso em: 27 set. 2015.